

Governo federal é o último a saber

Estados e municípios sonegam informações sobre seus gastos correntes

• O Governo federal não consegue acompanhar as contas dos estados e municípios, porque não tem acesso à evolução de seus gastos correntes. Por conta da autonomia, os estados costumam sonegar informações sobre suas receitas e despesas mensais como gastos com pessoal, pagamento de fornecedores, etc. Com isso, o Governo federal faz apenas estimativas sobre esse fluxo de recursos e, no final do ano, as compara com os resultados obtidos com base nas informações que, no jargão dos economistas, são chamadas de "abaixo da linha". Isto é, a evolução do endividamento dos estados e municípios junto à rede bancária e as informações que são encaminhadas ao Banco Central.

A precariedade de informações sobre a situação dos estados é um grande complicador na hora de projetar o déficit público. Os técnicos do Governo federal vêm sendo surpreendidos com o aumento da dívida mobiliária dos estados decorrente da emissão de títulos para o pagamento

de precatórios judiciais. Os estados estão conseguindo autorização do Senado para emitir esses títulos no mercado, e o Governo federal só fica sabendo do impacto dessas emissões quando calcula o déficit com base no conceito "abaixo da linha", que reflete a dívida consolidada de todo o setor público, incluindo a União, os estados e os municípios.

O fluxo de receitas e despesas dos estados e municípios continua sendo uma incógnita para o Governo federal, apesar do esforço do Ministério da Fazenda para acompanhar essas contas. Este ano, com o programa de ajuda montado pelo Governo, que pressupõe rigoroso ajuste nas finanças dos estados, a Secretaria do Tesouro conseguiu abrir um canal de informações com os 19 estados que aderiram ao programa, mas ainda dispõe de dados precários dos demais e principalmente dos municípios, acusados de contribuir de forma crescente para o aumento do déficit público.